

# Reforma do CCI de Carapicuíba pretende dobrar atendimento e implantar novas atividades

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Carapicuíba divulgou nesta semana que iniciou, no começo deste mês de agosto, a reforma do Centro de Convivência do Idoso (CCI), localizado no bairro do Ariston (antiga Inac).

O espaço oferece atividades para as pessoas a partir dos 60 anos, como hidroginástica, atividades físicas, artesanato, jogos lúdicos e passeios. A reforma visa garantir conforto e acessibilidade em um espaço ampliado, me-



Um dos serviços prestados no CCI é dedicado às atividades físicas, também em reforma

lhorando a convivência de seus usuários.

O CCI está localizada na avenida Comendador Dante Carraro, 333, Cidade Ariston, e, enquanto a reforma acontece, os frequentadores do local estão sendo atendidos provisoriamente no Parque do Planalto, que fica na rua Serra de Mailasqui, 40. O local atende a cerca de 500 pessoas e, no prédio reformado, a ex-

pectativa é dobrar os atendimentos e implantar novas atividades, como alfabetização, coral, horta comunitária, sessões de cinema e oficina de memória, entre outras.

A previsão da Prefeitura é que as obras estejam finalizadas até a última semana de setembro e que já em outubro os idosos possam usufruir do novo espaço.

## ponto de vista

## Quadro precário das escolas públicas

Júlio César Cardoso

Os tribunais de contas (TCs) do país fiscalizaram, entre os dias 24 e 26/4, 1.082 escolas públicas, estaduais e municipais, de 537 cidades e do Distrito Federal, e chegaram à conclusão que 57% delas são inadequadas como local para aulas. As vistorias confirmaram que, nessas escolas, a educação sobrevive em cenário caótico.

Os tribunais constataram como problemas principais das escolas: janelas, ventiladores e móveis quebrados; iluminação e ventilação precárias; infiltrações; e paredes mofadas. A limpeza e higienização também foram identificadas em 20% dos casos como longe do ideal. A pesquisa foi conduzida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) — com base em informações do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, 31% das escolas não têm coleta de esgoto; 89% não dispõem de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; 85% não têm hidrantes; 43% não têm extintores; 28% possuem extintores com prazo de validade vencido; 62% não possuem bibliotecas; 63% não têm sala de leitura; 88% sem laboratório ou sala de informática; 80% não disponibilizam equipamento de informática para os alunos; 57% não têm câmera de segurança; 85% não têm botão de pânico ou equipamento equivalente; 16% têm muro ou parede com buracos, que permite o acesso de estranho; 8% têm portão danificado; 10% têm controle de portaria inadequado; 82% das escolas, com cozinhas, estão sem alvará de funcionamento

da vigilância sanitária (cozinhas sem tela, revestimento impróprio, infiltração, mofo); 32% dos alimentos são armazenados incorretamente nas despensas: sem termômetro para congelados, alimentos próximos ao forno ou parede, vencidos (8%). Esse é o triste retrato do país, governado por políticos mequetrefes e desqualificados — que são eleitos e reeleitos pelo instituto do voto obrigatório —, que não tratam a educação com seriedade, como agora se observa com o encerramento das escolas cívico-militares, um exemplo de qualidade de ensino, onde disciplina e hierarquia, tão ausentes hoje em dia, são pilares de uma boa educação.

Causa indignação ver a escola pública continuar sendo tratada de forma negligente, sem fiscalização, e com a sua infraestrutura básica comprometida. Tal fato é uma realidade no país.

A educação, em todo o seu conjunto, deveria merecer da administração pública — estadual e municipal — tratamento de alta qualidade. Se os filhos de políticos fossem obrigados a estudar em escolas públicas, decerto teríamos educandários qualificados. Pergunta-se: por que o Legislativo, como representante do povo, se omite no dever de fiscalizar também as escolas públicas? Agora, para pedir votos e praticar politicagem, os políticos são hábeis. O cenário da educação pública desestimula professores e estudantes, fazendo com que eles desistam da profissão e a juventude não queira ser professor. A educação deveria ser tratada como instrumento mais importante do país.

Júlio César Cardoso é servidor federal aposentado, estabelecido no Balneário Camboriú/SC

## Sindicato das áreas de hospedagem e alimentação anuncia a criação de escola e plano de seguros

O Sindicato Empresarial de Hotéis, Restaurantes, Bares, Padarias, Buffets, Casas Noturnas e Similares de Osasco, Alphaville e Região (SinHoRes) promoveu na quarta-feira da semana passada, dia 8 de agosto, a 5ª edição de sua Conexão SinHoRes, reunindo associados, empresários do setor, autoridades e imprensa para apresentar ações voltadas à sua área de atuação.

Sob a tutela de seu presidente, Edson Pinto, o Sindicato aproveitou o encontro para anunciar o lançamento de dois novos produtos que estarão à disposição da categoria voltada à hospede-



O presidente do SinHoRes, Edson Pinto, recepcionou os convidados e anunciou as novidades

dagem e à alimentação: a Escola SinHoRes e o SinHoRes Seguros.

“O SinHoRes tem a plena consciência da sua responsabilidade social e vamos proporcionar oportunidade na escola, com cursos inteiramente gratuitos, agregando ainda o Banco de Talentos, com o sindicato empresarial intermediando o encontro entre candidatos e empresas para turbinar a empregabilidade”, afirmou o presidente, adiantando que o novo empreendimento irá oferecer 300 vagas em nove cursos de capacitação profissional, gratuitos, ministra-

dos pelo professor PhD Celso dos Santos.

Já o SinHoRes vem apoiado num estudo sobre as necessidades do setor de hospedagem e alimentação visando a otimização de custos e a melhoria das coberturas de planos de saúde, convênios odontológicos, seguros patrimoniais e de Vida, por exemplo.

A 5ª Conexão SinHoRes foi realizada no prédio do Complexo Empresarial de Osasco (CEO) e contou com a presença de diversas personalidades e autoridades regionais, que desfrutaram ainda de um coquetel e jantar.

## ponto de vista

## O apagão e a sociedade eletrodependente

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves

A lâmpada elétrica chegou ao Brasil em 1789, o mesmo ano em que foi inventada e lançada por Thomas Edison, nos Estados Unidos. Durante décadas foi o único consumidor de eletricidade nos lares brasileiros, a maioria das vezes instalada na ponta de um fio comprido pendente do telhado, que permitia iluminar até todos os cômodos da casa, levando-a manualmente entre os compartimentos. Só depois de muitos anos popularizou-se a colocação de uma ou mais lâmpadas em cada cômodo como se faz hoje. Depois, vieram o rádio, o aquecedor de água, cafeteira, geladeira, fogão, ventilador, condicionador de ar, televisão, computador e tudo o que hoje conhecemos e utilizamos. A eletricidade, outrora dispensável para muitos, tornou-se artigo de primeira necessidade; viver sem ela é impossível.

A cada ano precisamos mais do abastecimento elétrico. Sua falta cria problemas e prejuízos de toda ordem para as cidades, os negócios e até para o cidadão e sua família. O apagão desta terça-feira (15/08) parou, total ou parcialmente, 25 estados brasileiros e o Distrito Federal. Só o Amapá ficou fora, porque não faz parte do sistema elétrico integrado brasileiro, que serve todo o resto do país.

Desde que nos tornamos eletrodependentes, já tomamos grandes sustos com os apagões.

Por muitos anos, apesar da política energética agressiva e da construção de centenas de usinas hidrelétricas que utilizam a água dos rios para a geração da eletricidade, as paralisações do sistema levam ao caos.

Praticamente todos os anos temos falhas no abastecimento. Um dos episódios mais lembrados ocorreu em março de 1999

quando, segundo o apurado pelos operadores, um raio caiu numa das linhas de transmissão da subestação da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) em Bauru/SP e provocou o desligamento da eletricidade em 60% do território nacional (dez estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, Acre e parte do Paraguai).

Ocorreram manifestações e quebra-quebra em São Paulo e outros grandes centros, fenômeno habitual quando o desabastecimento acontece no período noturno, hora em que a população saiu do trabalho e está retornando para casa. Nas épocas de Copa do Mundo e outros eventos esportivos de grande porte, o maior temor dos operadores do sistema elétrico é a possibilidade de apagão na hora do jogo, que poderá causar a irritação do torcedor e distúrbios. Por isso, eles adotam medidas de prevenção e até desligam o fornecimento de indústrias e outros consumidores de elevada demanda.

O SIN (Sistema Integrado Nacional), criado em 1998, reúne num só bloco os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Sua função é abastecer e trocar energia entre as regiões de forma que os excedentes de uma área possam suprir a falta de outras onde esteja ocorrendo seca intensa ou outra razão de escassez. Isso melhora o abastecimento mas, do outro lado, fragiliza o processo porque, quando ocorre um problema, o desligamento pode ser nacional, como o da última terça-feira, cuja causa ainda é pesquisada pelos técnicos. A eletricidade gerada pela água responde com 67% da produção nacional, em mais de mil usinas, entre as quais 219 de grande porte. Os movimentos da economia brasileira buscam maior consumo de eletricidade,

notadamente se eclodir a implementação do carro elétrico. Hoje o país possui o sistema de termoeletrônicas que reforçam o abastecimento nas épocas de pouca água e crescem os aproveitamentos de energia de geração eólica e de placas fotovoltaicas que captam a eletricidade do vento e do sol. Precisamos de providências e investimentos para ampliar a disponibilidade elétrica e, principalmente, ter um sistema confiável. Há que se encontrar soluções técnicas para que a existência do sistema nacionalmente interligado cumpra o papel de garantir a eletricida-

de das regiões onde ele é farta para a distribuição nos pontos críticos. E, ao mesmo tempo, encontrar soluções técnicas para que não ocorra o contrário que é o desligamento de todo o sistema provocado por inconformidades em qualquer ponto. A interligação tem de produzir efeitos positivos e evitar os negativos, como o ocorrido nesta terça-feira.

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves é dirigente da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo (Aspomil)

José Renato Nalini

Num país inculto e iletrado, em que tudo se resume a rankings, impostos pela desenfreada competitividade, a volúpia pela avaliação do rendimento escolar faz esquecer a verdadeira finalidade da educação pública. Mais do que a substância, interessa aos políticos profissionais a aparência. A versão é mais importante do que a realidade. Isso ocorre em relação aos Estados-membros, cada qual querendo estar à frente nos índices IDEB e ocorre nos municípios, cada um pretendendo mostrar o primeiro lugar nas incessantes avaliações.

Uma escola preocupada em fazer o educando memorizar informações, esquecendo-se de que estas podem ser obtidas mediante um clique em qualquer bugiganga eletrônica, só consegue avaliar aferindo a capacidade mnemônica do avaliado. Aferições periódicas impli-

## Escola não é vitrine

cam em elaboração de provas. Como são feitas pelos próprios docentes, estes podem negligenciar as aulas, para cuidar da confecção das provas. Depois, subtrairão ao ensino o tempo que levarem para a correção.

É muito discutível confiar-se nesse tipo de verificação do aprendizado. A educação tem várias finalidades, dentre as quais não está a exclusividade na memorização de dados. O

educando precisa desabrochar para o conhecimento, muito diferente do “decoreba” em que é adestrado. Precisa ser capacitado para o trabalho e qualificado para o exercício da cidadania.

Enquanto Estados e Municípios se preocupam com avaliações estatísticas, descuidam das competências sócioemocionais. Acreditam nos “estudos”, “pareceres” e “assessorias” de grupos que sempre encontram folga

nos orçamentos do governo, vendem suas soluções, embora nunca tenham enfrentado uma sala de aula e convivido com o alunado, sentido os seus anseios, angústias e desafios.

A escola pública já foi melhor. No tempo em que os professores eram respeitados. Um desperdício a extinção do curso Normal, que formava especialistas em alfabetização, assim como deixar de chamar as mestras aposentadas, verdadeiras magas na formação integral de seus discípulos.

Escola é lugar para ensinar a viver bem, não é vitrine para adornar currículo de candidatos à matriz da pestilência chamada reeleição. Fonte da qual jorram todos os mais intensos males já experimentados por esta terra que já se chamou de “Vera Cruz”.

José Renato Nalini é diretor universitário, docente de pós-graduação e ex-secretário estadual de Educação de São Paulo

**PZ PÁGINAZERO**

Página Zero Editora Jornalística e Publicidade Ltda  
Rua Aurora Soares Barbosa, 193 - Campinas  
Osasco - SP - CEP 06023-010  
Fone: (0XX11) 3683-4767  
E-Mail: paginazero@paginazero.com.br  
Home Page: www.paginazero.com.br

As matérias assinadas não representam, necessariamente, a opinião do jornal ou de seus editores, bem como aqueles definidos como colaboradores não possuem qualquer vínculo empregatício com a empresa.

Associado  
**ADJORI SP**  
**ABRARJ**  
Associação Brasileira de Jornais de Interior

Diretor e Editor: Marco Infante (Mtb nº 18.867)

Circulação: Osasco, Carapicuíba, Barueri, (inclusive Alphaville e Tamboré), Jandira, Itapevi, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba

Registro Nacional de Jornais do Interior  
período de validade em Brasília  
C.N.J.I. Registro Nº 01070